



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 16/07/07  
Rubrica

2º CC MF  
Fl.

Recorrente : CORAUTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 03/07/07

*Enio*  
Maria Luzimara Novais  
Mat. Stape 91641

PIS

TERMO A QUO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. O termo *a quo* para contagem do prazo decadencial para pedido administrativo de repetição de indébito de tributo pago indevidamente com base em lei impositiva que veio a ser declarada inconstitucional pelo STF, com posterior resolução do Senado suspendendo a execução daquela, é a data da publicação desta. No caso dos autos, em 10/10/1995, com a publicação da Resolução do Senado nº 49, de 09/10/95. A partir de tal data, abre-se ao contribuinte o prazo decadencial de cinco anos para protocolo do pleito administrativo de repetição do indébito.

SEMESTRALIDADE. A base de cálculo do PIS, até a edição da Medida Provisória nº 1.212/95, esta com eficácia a partir de março de 1996, corresponde ao faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária. Precedentes Primeira Seção STJ - REsp 144.708 - RS - e CSRF.

Refeitos os cálculos nos termos deste Acórdão, se houver crédito a compensar, devem ser abatidos do valor principal lançado pela glosa da compensação, seguindo a cobrança de eventual diferença.

**Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CORAUTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para afastar a decadência e reconhecer a semestralidade.** Vencidos os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nayra Bastos Manatta e Júlio Alves Ramos quanto à decadência.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres

**Presidente**

*Jorge Freire*  
Jorge Freire  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Flávio de Sá Munhoz, Rodrigo Bernardes de Carvalho e Mauro Wasilewski (Suplente).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 03/07/07

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

*Sara*  
Maria Luzimpar Novais  
Mat. Siapc 91641

2º CC-M  
Fl.

Recorrente : CORAUTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

## RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, vazado nos seguintes termos:

*A empresa qualificada em epígrafe foi autuada em virtude da apuração de falta de recolhimento da Contribuição para o PIS do período de julho de 1998 a março de 1999.*

2. Conforme descrição dos fatos de fl. 6, a interessada teria procedido compensação da contribuição para o PIS, recolhida a maior durante o período de vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449, de 1988. Conferindo a validade da compensação, os autuantes realizaram a imputação de fls. 77 a 84, considerando os débitos e os recolhimentos do PIS a partir de junho de 1993, em função do prazo de cinco anos para repetição de indébitos, apurando débitos a partir do período de junho de 1994 (fl. 82).

3. Ressaltaram ainda que as compensações não foram declaradas nas respectivas DCTF, e que, assim, os valores não teriam sido devidamente constituídos.

4. Inexistindo indébitos compensáveis com a contribuição do período fiscalizado, os autuantes constituíram o crédito tributário no valor de R\$ 86.410,07, sendo R\$ 40.988,49 de contribuição, R\$ 14.680,25 de juros de mora e R\$ 30.741,33 de multa proporcional ao valor do tributo.

5. A base legal do lançamento encontra-se descrita nas fls. 7 e 9.

6. Devidamente científica em 26/10/2000, conforme declaração firmada no próprio corpo do auto de infração à fl. 5, a interessada apresentou, em 24/11/2000, a impugnação de fls. 112 a 126.

7. Nela a impugnante alegou, em síntese:

7.1. A contribuição para o PIS, nos moldes da Lei Complementar nº 7, de 1970, e Lei Complementar nº 17, de 1973, é exigível à alíquota de 0,75% incidente sobre o faturamento verificado no sexto mês anterior à data do pagamento. Tendo recolhido o PIS com base nos Decretos-Lei nº 2.445 e 2.449, de 1988, declarados inconstitucionais pelo STF e suspensos por Resolução do Senado Federal, faz jus à compensação desse indébito sem as restrições da Instrução Normativa SRF nº 67, de 1992, com débitos da Cofins, independentemente de prévio requerimento administrativo – como, aliás, a Instrução Normativa SRF nº 21, de 1997, reconhece.

7.2. A falta de declaração das compensações nas DCTF, não implicou em prejuízos ao Erário, não sendo possível a autuação sob este fundamento.

7.3. O disposto no art. 168 do CTN não se aplica a tributos declarados inconstitucionais pelo STF, pois tal prazo deve ser contado a partir do momento em que tal declaração produza efeitos erga omnes.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 03/07/07	
Maria Lúzimar Novais Mat. Siape 91641	

2º CC-N  
Fl.

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

7.4. Mesmo que o entendimento acima não prevaleça, o prazo para repetição de indébitos de tributos lançados por homologação só se inicia com a respectiva extinção do crédito, que se materializa com a homologação tácita ou expressa.

8. Para todos os argumentos expendidos, transcreveu doutrina e jurisprudência, requerendo, por fim, a anulação do auto de infração. A DRJ Ribeirão Preto - SP manteve o indeferimento. Não conformada, a empresa recorre a este Colegiado, basicamente repisando os argumentos da impugnação.

A DRJ em Ribeirão Preto - SP, sob mesmo fundamento, manteve o lançamento. Irresignada com essa decisão a empresa interpôs o presente recurso, no qual, em suma sustenta a tese da semestralidade e quanto à decadência ao direito de repetir/compensar, argui que, no caso, o prazo começa a fluir a partir da publicação da Resolução do Senado nº 45, que suspendeu a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449.

Houve arrolamento de bem (fls. 198/202) para recebimento e processamento do recurso.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília. 03 / 07 / 07

*Maria Lúcia da Novaes*

2º CC-1  
Fl.

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
JORGE FREIRE

No que pertine à questão preliminar quanto ao prazo decadencial para pleitear compensação de indébito, o *termo a quo* irá variar conforme a circunstância.

Na hipótese versada nos autos, uma vez tratar-se de declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, foi editada Resolução do Senado Federal de nº 49, de 09/09/1995, retirando a eficácia das aludidas normas legais que foram acoimadas de inconstitucionalidade pelo STF em controle difuso. Assim, havendo manifestação senatorial suspendendo a execução da normas declaradas inconstitucionais, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, é a partir da publicação da aludida Resolução que o entendimento da Egrégia Corte espraiasse *erga omnes*.

Portanto, tenho para mim que o direito subjetivo do contribuinte postular a repetição ou compensação de indébito pago com arrimo em norma declarada inconstitucional, nasce a partir da publicação da Resolução nº 49<sup>1</sup> o que se operou em 10/10/95. Não discrepa tal entendimento do disposto no item 27 do Parecer SRF/COSIT nº 58, de 27 de outubro de 1998. E, conforme remansoso entendimento majoritário desta Câmara, o prazo para tal flui ao longo de cinco anos.

Dessarte, tendo o contribuinte se compensado desses valores antes do início da fiscalização (em 17/05/2000 - fl. 01), resta caracterizado que o seu direito à compensação dos valores eventualmente recolhidos a maior na sistemática do 2.445 e 2.449, não havia decaído.

No que tange à qual base imponível deva ser usada para o cálculo do PIS, se ela correspondente ao sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, entendimento esposado pela recorrente, ou se ela é o faturamento do próprio mês do fato gerador, posição perfilhada pela DRJ, sendo de seis meses o prazo de recolhimento do tributo, a matéria já foi objeto de reiterados julgamentos por esta E. Câmara.

Em variadas oportunidades manifestei-me no sentido da forma do cálculo que sustenta a decisão recorrida<sup>2</sup>, entendendo, em *ultima ratio*, ser impossível dissociar-se base de cálculo e fato gerador, em momentos temporais distintos. Entretanto, sempre averbejava a precária redação dada a norma legal ora sob discussão. E, em verdade, sopesava duas situações: uma de técnica impositiva, e outra no sentido da estrita legalidade que deve nortear a interpretação da lei impositiva. A questão cingir-se-ia, então, a sabermos se o legislador teria competência para tal, vale dizer, se poderia eleger como base imponível momento temporal dissociado do aspecto temporal do próprio fato gerador.

<sup>1</sup> No mesmo sentido Acórdão nº 202-11.846, de 23 de fevereiro de 2000.

<sup>2</sup> Acórdãos nºs 210-72.229, votado por maioria em 11/11/1998, e 201-72.362, votado à unanimidade em 10/12/98.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES		
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília,	03 / 07 / 07	07
<i>Calmon</i>		
Maria Luzimara Novaes Ata. Série 01641		

2º CC-M  
Fl.

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

E, neste último sentido, da legalidade da opção adotada pelo legislador, veio tornar-se consentânea a jurisprudência da CSRF<sup>3</sup> e também do STJ. Assim, calcado nas decisões destas Cortes, dobrei-me à argumentação de que deve prevalecer a estrita legalidade, no sentido de resguardar a segurança jurídica do contribuinte, mesmo que para isso tenha-se como afrontada a melhor técnica impositiva tributária, a qual entende, como averbado, despropositada a disjunção temporal de fato gerador e base de cálculo.

O Superior Tribunal de Justiça, através de sua Primeira Seção,<sup>4</sup> veio tornar pacífico o entendimento postulado pela recorrente, consoante depreende-se da ementa a seguir transcrita:

**TRIBUTÁRIO - PIS - SEMESTRALIDADE - BASE DE CÁLCULO - CORREÇÃO MONETÁRIA.**

*O PIS semestral, estabelecido na LC 07/70, diferentemente do PIS REPIQUE - art. 3º, letra "a" da mesma lei - tem como fato gerador o faturamento mensal.*

*Em benefício do contribuinte, estabeleceu o legislador como base de cálculo, entendendo-se como tal a base numérica sobre a qual incide a alíquota do tributo, o faturamento, de seis meses anteriores à ocorrência do fato gerador - art. 6º, parágrafo único da LC 07/70.*

*A incidência da correção monetária, segundo posição jurisprudencial, só pode ser calculada a partir do fato gerador.*

*Corrigir-se a base de cálculo do PIS é prática que não se alinha à previsão da lei e à posição da jurisprudência.*

*Recurso Especial improvido.*

Com efeito, rendo-me ao ensinamento do Professor Paulo de Barros Carvalho, em Parecer não publicado, quando, referindo-se à sua conclusão de que a base de cálculo do PIS, até 28 de fevereiro de 1996, era o faturamento do sexto mês anterior ao do fato jurídico tributário, sem aplicação de qualquer índice de correção monetária, nos termos do artigo 6º, *caput*, e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70, assim averbou:

*Trata-se de ficção jurídica construída pelo legislador complementar, no exercício de sua competência impositiva, mas que não afronta os princípios constitucionais que tolhem a iniciativa legislativa, pois o factum colhido pelos enunciados da base de cálculo coincide com a porção recolhida pelas proposições da hipótese tributária, de sorte que a base imponível confirma o suposto normativo, mantendo a integridade lógico-semântica da regra-matriz de incidência.*

<sup>3</sup> O Acórdão nº CSRF/02-0.871, da CSRF, também adotou o mesmo entendimento firmado pelo STJ. Também nos RD/203-0.293 e 203-0.334, j. em 09/02/2001, em sua maioria, a CSRF esposou o entendimento de que a base de cálculo do PIS refere-se ao faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador (Acórdãos ainda não formalizados). E o RD 203-0.3000 (processo 11080.001223/96-38), votado em Sessões de junho de 2001, teve votação unânime nesse sentido.

<sup>4</sup> Resp 144.708, rel. Ministra Eliane Calmon, j. 29/05/2001.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13887.000399/00-16  
Recurso nº : 129.289  
Acórdão nº : 204-01.825

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 03 / 07 / 04

*Opção*  
Maria Luzimara Novais  
Mat. Sessão 91641

2º CC-N  
Fl.

Comprovada a existência de valores a serem resarcidos, sobre estes deve incidir, desde o protocolo do pedido, como método de atualização monetária, a NORMA DE EXECUÇÃO SRF/COSIT/COSAR 08/1997.

Portanto, é de ser dado provimento ao recurso para que os cálculos sejam refeitos, até o período de apuração fevereiro de 1996, considerando como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem correção monetária, tendo como prazos de recolhimento aquele da lei (Leis nºs 7.691/88, 8.019/90, 8.218/91, 8.383/91, 8.850/94, 9.069/95 e Medida Provisória nº 812/94) do momento da ocorrência do fato gerador.

### CONCLUSÃO

Forte em todo exposto,

DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA DECLARAR  
QUE A COMPENSAÇÃO FOI EFETIVADA ANTES DE SUA DECADÊNCIA E  
QUE A BASE DE CÁLCULO DA INDIGITADA CONTRIBUIÇÃO DEVE SER  
CALCULADA COM ARRIMO NO FATURAMENTO DO SEXTO MÊS ANTERIOR  
AO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, SEM CORREÇÃO MONETÁRIA, À  
ALÍQUOTA DE 0,75 %.

OS VALORES A SEREM RESSARCIDOS DEVEM SER  
ATUALIZADOS DE ACORDO COM A NORMA DE EXECUÇÃO  
SRF/COSIT/COSAR 08/97, FICANDO RESSALVADO À FISCALIZAÇÃO A  
CONFERÊNCIA DA LIQUIDEZ E CERTEZA DOS VALORES COMPENSADOS.

REFEITOS OS CÁLCULOS NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS  
ANTERIORES, E RESTANDO VALORES PASSÍVEIS DE SEREM  
COMPENSADOS, DEVEM ELES SER DEDUZIDOS DA OBRIGAÇÃO  
TRIBUTÁRIA PRINCIPAL LANÇADA, SEGUINDO A COBRANÇA DE  
EVENTUAL DIFERENÇA.

É assim que voto.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 2006.

*Jorge Freire*  
JORGE FREIRE